

Discurso de Posse

Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano
Biênio 2013 -2014

Pronunciou-se em seguida a Excelentíssima Senhora Desembargadora **LEILA MARIA CARRILO CAVALCANTE RIBEIRO MARIANO**, Presidente, com as seguintes palavras: "Cumprimento todos os magistrados presentes nas pessoas dos Exmos. Ministros Luis Fux, do Supremo Tribunal Federal, em seu nome e no do Exmo. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa que S.Exa. aqui representa; Francisco Falcão do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor Geral da Justiça; Cumprimento na pessoa do Excelentíssimo Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, todos os membros do Poder Executivo; Cumprimento na pessoa do Exmo. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Paulo Mello, todos os membros do Poder Legislativo; Cumprimento na pessoa do Exmo. Procurador Geral do Ministério Público, Dr. Marfan Vieira, todos os procuradores, curadores e promotores de Justiça Cumprimento na pessoa do Exmo. Defensor Público Geral da Defensoria Pública, Dr. Nilson Bruno, todos os defensores públicos; Cumprimento na pessoa do Exmo. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Dr. Eduardo Paes, todas as autoridades municipais; Cumprimento na pessoa do Ilmo. Presidente eleito da OAB, Dr. Felipe Santa Cruz, todos os advogados presentes; Cumprimento na pessoa do Juiz Roberto Bacellar, todas as entidades associativas; Cumprimento a comunidade acadêmica, na pessoa do Professor Diogo de Figueiredo. Servidores desta Casa; Familiares e amigos dos ora empossados; Senhoras e Senhores. A cada dois anos, em todos os Tribunais do país, seus colegiados máximos se reúnem para dar posse a seus novos administradores. Paira no ar e nos corações a esperança de que os problemas crônicos da instituição sejam resolvidos, que haja avanços e melhorias. Graças a esse ciclo utópico reafirmam-se os compromissos e renovam-se as crenças em um Judiciário menos moroso e menos oneroso, mais justo e mais humano. Cabe a cada novo administrador prosseguir a caminhada e tentar concretizar, ao máximo, o sonho coletivo, sonho esse que, a priori, se sabe inatingível, mas no qual é preciso acreditar para se enfrentar as dificuldades que, inevitavelmente, encontraremos ao longo do caminho. A partir de meados do século XX fala-se muito no protagonismo do Poder Judiciário, o que, se de um lado é positivo, do outro traz problemas antes não imaginados. A ampliação do acesso ao Judiciário não corresponde, necessariamente, ao acesso a justiça, porquanto nem todos os pedidos ajuizados conseguem ser julgados num prazo razoável. Vivemos às voltas com taxas de congestionamento que apenas poderiam ser encontradas na Índia e no México, caso esses países tivessem o acesso a justiça que experimentamos após a Constituição de 1988. Fato é que nosso Poder Judiciário não estava, nem está estruturado para os níveis de demanda que se verificaram a partir de então: faltam magistrados, servidores e os órgãos jurisdicionais não têm folego para processar e julgar a demanda judicializada que cresce dia a dia em percentuais exponenciais. Por outra, os limites orçamentários e os percentuais da Lei de Responsabilidade Fiscal impedem a ampliação de pessoal, limitando a força de trabalho. Como resolver equação tão complexa sem frustrar o cumprimento da missão institucional? Como dar efetividade à jurisdição, maior desafio que se impõe à Presidência e à Corregedoria de Justiça. Várias tentativas têm sido feitas: acumulações,

mutirões, emprego de métodos alternativos para solução de conflitos, mas, a cada vez que se antecipa a entrega da prestação jurisdicional, que se divulgam os percentuais de conciliação, piora a situação do órgão julgador porque a demanda aumenta. Os magistrados sentem-se frustrados e impotentes, correndo atrás de metas nem sempre atingíveis, em razão de muitas variáveis. A meu sentir, além de se buscar reduzir a demanda ajuizada, impõe-se a disseminação na sociedade de uma política de pacificação, como já propunha o Exmo. Min. Peluso ao assinar o III Pacto Republicano. Só se os indivíduos voltarem a se empenhar em buscar eles próprios a solução para seus pequenos conflitos; só se os empresários, ao tomarem conhecimento de práticas administrativas conflituosas em suas empresas, as modificarem, respeitando os direitos de seus empregados, de seus consumidores e usuários; só se os governos respeitarem suas próprias leis e reconhecerem o direito de seus servidores e dos contribuintes, as taxas de ajuizamentos e congestionamento do Poder Judiciário serão reduzidas. Os problemas do Judiciário não são só do Judiciário, são de toda a sociedade e só poderão ser minimizados através de uma mudança de atitude, de soluções consensuadas. Nessa linha, está sendo elaborado um Plano Estadual para Autocomposição de Conflitos, com o incremento da conciliação pré processual e da início litis, principalmente em ações de consumo, com a efetividade da mediação stritu sensu em ações que envolvam relacionamento pessoal de trato sucessivo. Sob essa ótica, no que toca às demandas de massa, é primordial o estabelecimento de Pactos Institucionais nos quais, concessionárias, indústria, comércio, bancos e demais sociedades empresárias, instituições públicas e privadas comprometam-se a alinhar suas condutas abusivas ou contra legem e a superá-las, evitando os conflitos de interesses e novas ações. Propõe-se, uma administração dialógica, com a participação efetiva de todos os magistrados, desembargadores e juízes, convidados que são a assumir a gerência de projetos, identificando problemas, discutindo-os, propondo soluções e acompanhando a implementação daquela que vier a ser aprovada. O que se oferece é democracia de natureza material, bem mais ampla do que a democracia representativa que vem sendo perseguida há algum tempo. Sim, é importante que todos os magistrados conheçam a área administrativa e os problemas da gestão de um Poder tão complexo como o nosso uma vez que num futuro, próximo ou remoto, serão chamados a conduzi-lo. É preciso que magistrados e servidores sejam valorizados e reforcem o sentimento de pertencimento a este Poder porque só assim estarão comprometidos com os resultados e empenhados em consegui-los. Não existe um Poder Judiciário abstrato, ente responsável por todas as nossas frustrações profissionais, por todas as mazelas. O Poder Judiciário somos nós. Nós é que temos que enfrentar e buscar dar conta dos desafios que nos são postos. Nos alegrarmos com os acertos e ter força para superar os erros que inevitavelmente acontecerão. Há 43 anos cheguei a esta Casa como concursada, no cargo de Oficial Judiciário do extinto Tribunal de Alçada Cível, tendo sido a primeira funcionária Diretora Geral daquele Tribunal e assim, implantado todas as modificações trazidas com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, inclusive elaborado, junto com a saudosa Juíza Maria Lucia Capiberibe, o primeiro Plano de Carreira para os serventuários daquela Corte. As questões relativas à gestão de pessoas me são muito caras e vários foram os presidentes a que assessoriei nessa área, tendo participado da Comissão de Gestão e Modernização, juntamente com o Des. Jessé Torres e o Ministro Marco Aurélio Belize, que estruturou o Plano de Carreira dos Servidores da Justiça, estabelecendo um Quadro Único, objeto da Lei nº 3893 de 19 de julho de 2002, e que elaborou anteprojeto que resultou na Lei nº 4620 de 11/10/2005, reestruturando aquele Quadro. Não conseguimos aprovar um Estatuto para o servidor do Poder Judiciário, projeto a que retornaremos; assim como nos empenharemos em

aprovar anteprojeto que atualiza o Código de Organização e Divisão Judiciárias, recentemente encaminhado ao Órgão Especial pelo presidente Manoel Alberto. Dentre as ações que se espera da Presidência está a instalação das 7 Câmaras Cíveis criadas pela Lei Estadual nº 6.375 de 27/12/12, das quais 5 especializadas em matéria do consumidor, a propiciar uniformização e segurança nas decisões concernentes a esse tão sensível segmento. E isso será feito. Mas é com o 1º grau o nosso compromisso maior. Precisaremos analisar as variáveis que atravancam nossos cartórios, que paralisam o andamento processual, que impedem a entrega da decisão, que frustram os juízes, servidores, advogados e partes. Precisaremos construir, conjuntamente, soluções que garantam a manutenção da legitimidade deste Poder. Por outra, é bom que se destaque a importância da comunicação institucional, em seus aspectos interno e externo, para dar a conhecer o trabalho dos nossos magistrados e servidores, os nossos números, as nossas dificuldades e até mesmo as nossas impossibilidades. Que a imagem do Judiciário não seja apenas a das nossas mazelas, a das dúvidas ou acusações, mas que seja principalmente a das nossas conquistas, da nossa seriedade, do nosso comportamento ético. Sabemos que uma das nossas maiores dificuldades diz respeito à área tecnológica, vital para que possamos dar conta de tão grande acervo. A complexidade das decisões administrativas a serem tomadas nessa área vai exigir muito estudo, muita discussão e o apoio do Conselho Nacional de Justiça. O processo virtual é um caminho sem volta e deve ter seu escopo ampliado. A ele precisaremos nos adaptar, com todas as dificuldades que teremos que superar. Por outra, no atual estágio da democracia em nosso país, a transparência da gestão é direito subjetivo do povo. Deve ser feita de forma ampla, sem subterfúgios, sem medo da crítica. Ou estaremos cumprindo nosso dever, agindo conforme a lei e a ética e aí vamos sustentar a decisão concessiva desse ou daquele benefício, a que autorizou ou não aquele ato, ou vamos corrigir os rumos. Para alinhar esses focos não nos podemos afastar da sustentabilidade sob seu triplo aspecto: o de proteção ao meio ambiente, garantindo um planeta viável para as gerações futuras, o da economicidade e o da inclusão social. Daí afirmarmos nosso compromisso com o tratamento de resíduos decorrentes das atividades jurisdicionais e administrativas, com a redução do supérfluo e com apoio aos projetos sociais, buscando parcerias que nos permitam ampliá-los. Sei da importância histórica deste momento em que, após 262 anos, uma mulher é empossada na presidência do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Ao lado da alegria de ser esta mulher, tenho consciência da responsabilidade que estou assumindo. Presidir um Poder com a dimensão e complexidade do nosso não é tarefa fácil. Se de um lado, sob o ângulo da representação política, temos que manter e fortalecer o diálogo harmônico e independente com os demais Poderes, nos aproximarmos dos Tribunais Superiores e do Conselho Nacional de Justiça na defesa dos interesses institucionais, manter e fortalecer o diálogo com o Ministério Público, a Defensoria Pública, as Procuradorias da União, do Estado e do Município, com a OAB e com diversos segmentos da sociedade civil, por outro não podemos nos afastar dos cânones da boa governança e obter resultados que deem legitimidade à gestão. É a isso que nos propomos, não só esta Presidente, mas todos os colegas que nesta tarde assumiram cargos de direção. Temos em comum uma origem modesta. Sou filha de um soldado da Polícia Militar e de uma costureira. Deles herdei a força de vontade e o espírito reto. Fui normalista nos anos dourados e estava na Faculdade Nacional de Direito nos anos de chumbo, oportunidades em que convivi com a carência e com a opressão e aprendi que podíamos fazer algo para mudar o status quo, usando a Educação e o Direito como armas. Minha biografia não diverge da dos colegas empossados. Aqui entramos há mais de trinta anos, jovens, inexperientes na arte de julgar e na própria arte da vida. Hoje calejados, tivemos reconhecida pelo E. Tribunal

Pleno nossa capacidade para conduzir os destinos deste Poder no próximo biênio. Vamos exercer esse mandato com seriedade, dignidade, honestidade e ética, em nome de todos os mandantes, assim como fizeram os colegas que nos precederam e que, graças a sua dedicação, nos permitiram estar aqui agora. No início deste século, enquanto Des. Manes nos alertava para suas preocupações com as dificuldades orçamentárias e financeiras (naquela época não tínhamos o FETJ com as receitas de hoje, o que foi conseguido por ele); subimos nos ombros de um gigante com o Des. Marcus Faver para enxergarmos que precisávamos dar à modernidade à administração Judiciária; vimos a preocupação humanista do Des. Miguel Pachá que nos falava do tenaz esforço que o homem deve empreender para afastar as desigualdades sociais, econômicas e culturais de que nascem os conflitos; fizemos mais com menos com o Des. Sérgio Cavalieri; focamos a administração de pessoas com o Des. Murta Ribeiro; vimos o Des. Luiz Zveiter concretizar uma administração ousada que ampliou os patamares físicos e financeiros de que dispúnhamos; chegando a uma política de união pregada pelo Des. Manuel Alberto. Vamos dar mais um passo, o da - a participação com resultado – para que os que nos sucederem possam continuar daí a construir esse Poder. Ele será o que fizermos dele. Neste ponto, nossos agradecimentos: A Deus, pela existência; Ao E. Tribunal Pleno, pela condução; Aos nossos pais pela educação e valores morais; Aos nossos maridos e esposas, pelo companheirismo e compreensão; Aos nossos filhos, razão de toda a luta; com as desculpas por termos sido apenas as mães e os pais possíveis e não aqueles que gostaríamos de ter sido; Aos nossos netos, nossa renovação, nossa alegria e esperança de um futuro melhor. Muito obrigada.”

Às dezesseis horas a Excelentíssima Senhora Desembargadora **LEILA MARIA CARRILO CAVALCANTE RIBEIRO MARIANO**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a sessão e comunicou aos presentes que os cumprimentos seriam recebidos no Salão Nobre do Tribunal de Justiça.

(a) Desembargadora **LEILA MARIA CARRILO CAVALCANTE RIBEIRO MARIANO**
Presidente do Tribunal de Justiça

Fonte: Diário da Justiça Eletrônico - DJERJ - Caderno II Judicial - 2ª Instância - Ano 5 - nº 118/2013, p. 121 a 122, de 6 de março de 2013.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação Institucional
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br